

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

# A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312  1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza.  CDD 306.4
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e- book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923121</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>19</b>
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923122</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923123</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>42</b>
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grando	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923124</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923125</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>64</b>
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923126</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>76</b>
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
Maria Regina Momesso Solange Aparecida de Souza Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923127</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>86</b>
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro Marcio Rodrigo Vale Caetano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
Marjorie Evelyn Maranhão Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7171923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>104</b>
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
Iury Fagundes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>116</b>
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Raisha Conceição Silva Ellen Laura Leite Mungo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHAS: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
Camilla Machado Cruz Thágila da Silveira Ribeiro Taís da Silva Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>148</b>
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
Carmem Silva de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.71719231214</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>157</b>
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos <b>DOI 10.22533/at.ed.71719231215</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>168</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>169</b>

## REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

**Raisha Conceição Silva**

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande,  
Curso de Direito  
Várzea Grande – Mato Grosso

**Ellen Laura Leite Mungo**

UNIVAG – Centro Universitário de Várzea Grande,  
Curso de Direito  
Várzea Grande – Mato Grosso

**RESUMO:** Estudar o passado é sempre uma tarefa difícil. Se colocar em um local de análise e não de julgamento para não pecar pelo anacronismo, especialmente em um assunto sensível e, ao mesmo tempo – levando em crédito o que temos vivido atualmente - polêmico como a participação das mulheres de modo geral. Aqui, o foco é em posições administrativas, de grande demanda e influência, pressões que socialmente foram conectadas à figura do homem, relacionadas com suas capacidades e visualização da figura masculina como capaz de sustentar maiores estruturas problemáticas. O estudo do local das mulheres passa pelo prévio conhecimento de áreas em que ela também se viu excluída, como na construção da própria cultura local, da educação e de estudos de base, que auxiliam na criação de uma memória coletiva comum e, como consequência, legitimam comportamentos que reduzem e inferiorizam as mulheres, os

campos em que isso acontece são inúmeros.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Representação, mulheres, justiça, igualdade, Direito.

### WOMAN'S REPRESENTATIVITY INSIDE THE JUSTICE SYSTEM OF MATO GROSSO STATES

**ABSTRACT:** Studying the past is always a difficult task. Putting yourself in a place of analysis rather than judgment so as not to sin for anachronism, especially on a sensitive subject while at the same time - taking into account what we are currently living - controversial as the participation of women in general. Here the focus is on managerial positions of great demand and influence, pressures that have been socially connected to the male figure, related to his abilities, and visualization of the male figure as capable of sustaining larger problematic structures. The study of the place of women goes through the previous knowledge of areas in which she was also excluded, such as the construction of her own local culture, education and basic studies, which help in the creation of a common collective memory and, as a consequence, legitimizing behaviors that reduce and diminish women, the fields in which this happens are numerous.  
**KEYWORDS:** Representation, women, justice, equality, law.

## 1 | INTRODUÇÃO

O recorte que especifica a sua ocupação em espaços que foram e ainda são lidos como masculinos é um estudo que exige muita atenção. Os autores DUBY E PERROT (1990), trabalham com a construção de uma mentalidade que se apoia em bases da predominância masculina e vem de encontro à importância de colocar a mulher também como um indivíduo social e que carrega suas vivências, sujeito histórico e dona de sua própria narrativa. Mesmo assim, ainda é difícil a atividade, inclusive mental, de desentranhar a existência feminina à do sexo oposto.

A ligação do modelo da perfeição com a anatomia corporal masculina, sustentada durante os séculos passados com base numa supremacia biológica, torna-se também política e social no século XIX, legitimada em forma de lei pelos ideais que orientaram a Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade. A Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão carrega consigo esse mesmo lema, mas a igualdade da qual trata torna todos os homens hegemônicos e iguais entre si, a mulher em momento algum é citada no documento. Com o passar do tempo, em oposto à essa figura masculina intocável, a feminilidade, a mulher e tudo o que diretamente remeta à ela se tornam incômodos ao homem.

Nascer assim não é mais suficiente para alcançar o perfeito ideal de masculinidade, mas também afastar de si tudo que possa liga-lo ao ponto tido como contrário.

Contemporaneamente, sabe-se que essa construção continua presente no subconsciente da sociedade e o esforço dos que se prestam à desconstrução de estereótipos e do machismo, que como outros problemas enfrentados, também tem base estrutural. Por mais atualizadas que sejam as discussões, as bases do problema têm configuração muito mais antiga do que se imagina. E é por essa razão que o presente artigo, que ainda caminha em passos lentos e trabalhosos para se firmar como um trabalho, entende a importância de conhecer, reconhecer e respeitar o trabalho exercido por mulheres dentro do Poder Judiciário. Claro, seria totalmente cabível e necessário fazer esse apanhado de forma geral, mas na tentativa de fazer-se justiça e mais ainda, de fornecer informações de fato importantes, nos centralizamos no estado de Mato Grosso, sempre abertas as possibilidades de novos focos para análise e novos trabalhos.

## 2 | A REPRESENTAÇÃO COMO CONCEITO E SUA IMPORTANCIA

A representação, conceituação que faremos com base nos estudos de Roger Chartier, historiador francês, que apresenta essa construção em bases que vão além do que representa, mas do interlocutor, fazendo uma conexão entre a realidade social e suas representações, colocando uma como dependente da outra. Contextualizando, a idealização da masculinidade e de uma competência que lhe é intrínseca e da feminilidade, que passa pelo processo contrário, sendo ao corpo feminino imputado o

papel da delicadeza, lida como fragilidade quando se trata de capacidade.

“Estas não são representações diretamente uma realidade já presente e constituída, mas contribuem, sim, com sua produção e, talvez, mais fortemente do que as outras representações desprovidas de poder de ficção.” (CHARTIER, 2002)

Quando teoria e prática conversam e trocam entre si, o enriquecimento da discussão é inevitável, além de muito bem vindo. Aqui, se fala não de representar a mulher ativa no judiciário como funcionária ou terceirizada, o que também não deixa de ser um acesso à esse espaço, mas de mulheres que, sendo vistas, influenciam na criação, reforma e estudo sobre um direito que as inclua. Como exemplo, a positivação do trabalho feminino no século XX, quando a visão social colocava a mulher em posição inútil (que se diferencia da fragilidade) e que essa atividade e logo, o assunto sobre legislações pertinentes não lhes era cabível. Afinal, o legislador tinha em mente o tempo todo que a maior imagem que uma mulher poderia carregar consigo era a de mãe e/ou esposa. Diversos exemplos como esse aparecem ao longo da construção da justiça contemporânea e fazem mais coro ao fato de que as mulheres precisam ser ouvidas. Para a criação de leis, de medidas e políticas públicas que as envolvam e discussões em que são parte diretamente interessada. Não se deslegitima a boa vontade do legislados, mas espera-se que os maiores afetados por uma alteração ou inclusão também tenham suas vozes ouvidas.

Construção social da feminilidade essa estudada também por Simone de Beauvoir, que citava que apenas o direito de acesso ao trabalho ou a cultura não seriam suficientes pra quebrar o ideal de passividade feminina, mas uma transformação coletiva para que elas fossem capazes de alcançar os lugares que bem desejam:

[...] Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Segundo o CENSO de 2018, as mulheres são a maioria dos ingressantes em nível superior, somando mais de 70% e conforme dados da Ordem dos Advogados do Brasil, também representam mais da metade dos inscritos nos quadros. Dados esses que apesar de importantes tornam-se informações vazias. Se somos tantas, aonde estamos? Aonde estão as homenagens e os estudos sobre mulheres de destaque? Novamente, parece difícil reconhecer a mulher como sujeito ativo de sua própria história. O pouco que se encontra quase nunca é contado por quem é de fato a dona da história. Enquanto sociedade, diversas mudanças tem acontecido e sido protagonizada por mulheres, mas a luta pela propriedade da própria imagem ainda é cheia de obstáculos e problemáticas, dentre eles e, os mais comuns, a ideia de que na verdade, a busca por espaço já é algo superado.

Há anos, especialmente em datas comemorativas como o dia das mães e das mulheres, manchetes, reportagens e pesquisas lotam as mídias e os meios de comunicação com várias abordagens, dentre elas, uma em especial, que anuncia a chegada e até a predominância feminina no empresariado, comércios online, educação e diversos outros nichos de destaque pela era da informação rápida. Mas fora desses acontecimentos, aonde estão essas mulheres?

Histórias como a de Thereza Grisólia Tang, primeira juíza de Direito e Cnéa Cimini Moreira, primeira ministra de um Tribunal Superior, o do Trabalho, mesmo sendo caminhos percorridos de forma admirável, carregam consigo um peso de exceção, como se esses cargos e responsabilidades fossem tão incompatíveis com o ser mulher que delas se espera mais do que dos colegas homens. Um esforço duplo, triplo, pelo mesmo motivo, seria causa de orgulho, afinal, isso não fez com que desistissem. Construídos assim, a importância dessas histórias se perde, perdem o objetivo de inspirar, justamente por serem lidas como lendas. Não só aproximar esses relatos de quem precisa ouvi-los, mas humanizar essas mulheres e seus esforços para que quem as conheça, saiba que são caminhos possíveis, sonhos possíveis.

### **3 | AS PIONEIRAS NO JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO**

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso começou a funcionar através do Decreto de 6 de agosto de 1873, que instituiu em sua totalidade sete Tribunais em diferentes províncias do país, dentre elas, o atual estado de Goiás, que junto com o de Mato Grosso, foi duramente criticada por autoridades de outros estados, que alegavam a falta de estrutura local para a criação e manutenção dessas instituições, alegando que locais sem movimentação econômica e social teriam um número ínfimo de causas e por isso não seria necessário. Os primeiros desembargadores empossados foram quatro homens, o número mínimo exigido pelo decreto e a situação foi se mantendo assim, cumprindo o necessário por normas até a chegada da República, se estendendo até o fim

De certa forma, até então persiste na órbita do judiciário mato-grossense a discriminação da mulher, pois sua presença ainda é reduzida na corte do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, sua participação é mais predominante no primeiro grau de jurisdição e na parte administrativa dos setores que constituem o Judiciário.

O Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso é composto por 30 desembargadores, 9 são mulheres, menos de 30%. A presença da primeira mulher desembargadora no Tribunal do estado é um momento histórico e uma das primeiras conquistas, em Mato Grosso da igualdade de conhecimento das mulheres, como seres humanos capazes de desenvolverem atividades com competência e credibilidade. A desembargadora Shelma Lombardi de Kato, em 1979 foi a primeira a mulher a tornar-se desembargadora, entrando para a história do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, chegando a assumir a presidência na década de 1990.

Somente 30 anos após a posse da primeira desembargadora houve a posse das demais, seguindo por Clarice Claudino da Silva e Maria Helena Gargaglione Póvoas, hoje a corte possui nove mulheres desembargadoras no Tribunal. São exemplos do reflexo destas conquistas de ascensão da mulher como desembargadora no estado a atual composição diretiva do tribunal em seus atuais 143 anos de existência tendo hoje a Desembargadora Marilsen Andrade Addario como Vice-Presidente e a Desembargadora Maria Aparecida Ribeiro como Corregedora-Geral de Justiça (gestão 2017/2018) ambas tendo outras desembargadoras como antecessoras dos seus cargos

### **3.1 A ÚNICA MULHER PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO**

O interesse sobre este assunto surgiu após uma visita ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, aonde foi observado na galeria de Presidentes e ex-Presidentes do Tribunal que entre os 62 ex-presidentes existia apenas uma mulher, a Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, (São Paulo - SP, 1939), que estudou Letras Clássicas na Faculdade de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo), bacharelando-se também em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP, ingressou por concurso público na Magistratura do Estado de Mato Grosso, no ano de 1969, atuando como juíza de direito até o ano de 1979 quando tomou posse como desembargadora do estado, sendo a primeira e única mulher a presidir o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (1991-1993), tendo ocupado também as funções de Corregedora Geral de Justiça e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, responsável pela informatização dos serviços eleitorais no estado, pioneira na defesa dos direitos humanos da mulher e da criança em Mato Grosso.

Atualmente aposentada, a atuação da desembargadora chamou a atenção para a hipótese da Instituição, focada na observância das leis brasileiras, poder estar incorrendo no não exercício real das políticas públicas lineares de gêneros para o acesso aos cargos de chefia, mesmo tendo, principalmente, nos últimos anos a responsabilidade pela implantação e cumprimento destas políticas de acesso em todo o estado de Mato Grosso, porém, apesar da pouca representatividade nos cargos de chefia do Tribunal do Estado, a instituição do Tribunal de Justiça vem avançando de forma consideravelmente promissora neste âmbito, erradicando de um modo geral a problemática do acesso da mulher ao emprego formal, haja vista, o fato de elas comporem 72,2% dos cargos efetivos e comissionados do Poder Judiciário estadual.

### **3.2 O MAIOR SÍMBOLO MUNDIAL DA JUSTIÇA É UMA MULHER**

Têmis, Deusa grega guardiã dos juramentos dos homens e das leis, na mitologia filha de Urano (Céu) e Gaia (Terra), portanto filha do espírito e da matéria. Divindade feminina, símbolo mundial da justiça e igualdade entre os homens.

“Numa visão mais moderna, é representada sem as vendas, significando a Justiça Social, para qual o meio em que se insere o indivíduo é tido como agravante ou atenuante de suas responsabilidades. Os pratos iguais da balança de Têmis indicam que não há diferenças entre os homens quando se trata de julgar os erros e acertos. Também não há diferenças nos prêmios e castigos: todos recebem o seu quinhão de dor e alegria.

Ela foi aceita entre os deuses do Olimpo. Simboliza o destino, as leis eternas, divinas e morais; é a justiça emanada dos deuses, assim nos seus julgamentos não há erro. Ela carrega as tábuas da lei, que desempenham o papel de ordem, união, vida e princípios para a sociedade e para o indivíduo, e uma balança que equilibra o mundo segundo leis universais entre o caos e a ordem”. (GRIMAL, 1997, p. 435).

#### 4 | O QUE O FUTURO NOS APONTA?

É crescente no meio social a noção de que agora cabe mais à própria mulher contar sua história e ainda, criar uma ponte que permita acessar tudo isso para aquelas que não seriam capazes de fazê-lo sozinhas. A busca pela representação não pode se ocultar perante os privilégios que determinadas classes sofrem, mesmo entre as mulheres que já são vítimas de opressão. Mulheres no Judiciário também são as recepcionistas, funcionárias terceirizadas, cozinheiras e voluntárias em projetos sociais encabeçados pelos Tribunais. Nelas também se vê humanidade e legitimação de discurso.

Nesse ano, o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, pela portaria 1038/2019, os membros para constituir um grupo de trabalho nominado “Comitê sobre a Equidade de Gênero entre homens e Mulheres no Poder Judiciário”, com grande parte de sua composição sendo de mulheres, o que é algo muito positivo. Visa-se a inclusão e integração de ambos os sexos, mas a presença feminina para tratar de assuntos femininos é indispensável.

Também neste ano de 2019, em maio, a desembargadora Maria Erotides Kneip participou, em Brasília, do 1º Curso Nacional A Mulher Juíza – Desafios na carreira e atuação pela igualdade de gênero, que contou também com a participação de servidoras em todas as instâncias, inclusive as ministras Carmem Lúcia e Rosa Weber, do Supremo Tribunal de Justiça, a ex-procuradora da República Raquel Dodge e juristas de diversos países.

“É preciso atingir a igualdade, até porque, além de ser um objetivo de desenvolvimento proposto pela ONU, a igualdade de gênero é fixada na nossa Constituição como o pilar da República. Sem a igualdade, não temos nada de constitucional no país. É um desafio para as mulheres, que precisam se capacitar cada vez mais, assumir papéis de destaque, para que possamos trazer as outras mulheres junto conosco.”

Aponta a representante do Judiciário de Mato Grosso em entrevista ao portal O Documento. Outras pautas como a inclusão das mulheres no mercado de trabalho e a violência doméstica também foram discutidas pelo evento, lembrando ainda a

existência do CEMULHER, uma coordenadoria estadual que tem, entre outras funções, a de facilitar um judiciário que se articule na criação de melhores possibilidades para que a mulher vítima de violência doméstica seja acolhida e se sinta mais protegida pelos aparatos do Estado.

Pontos como esse demonstram que muito tem sido feito, mas claro, não são motivos suficientes para que a organização pública se dê por satisfeita. Muito pelo contrário, as demandas no que se referem às mulheres mudam conforme o tempo e a sociedade também exigem que isso seja acompanhado e coberto pelos meios de assistência necessários.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL: Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012; Igualdade de gênero e desenvolvimento. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>. Acessado em 05 de setembro de 2019.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

CHARTIER, Roger. Do palco à página - Publicar Teatro e Ler Romances na Época moderna séculos XVI - XVIII. Trad. Bruno Feitler. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. MATO GROSSO. Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Apresentação: Atribuições. Disponível em: <<http://cemulher.tjmt.jus.br/apresentacao/atribuicoes>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

Desembargadora do TJMT participa de evento nacional sobre a mulher juíza. 2019. Disponível em: <<https://odocumento.com.br/desembargadora-do-tjmt-participa-de-evento-nacional-sobre-a-mulher-juiza/>>. Acesso em: 17 set. 2019.

GRIMAL, Pierre. Justiça. In: \_\_\_\_\_. Dicionário da mitologia grega e romana. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.435.

Roberto Fragale Filho, Rafaela Selem Moreira e Ana Paula de O. Sciammarella, « Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro », e-cadernos CES [Online], 24 | 2015, colocado online no dia 15 dezembro 2015, consultado a 07 outubro 2019. URL : <http://journals.openedition.org/eces/1968> ; DOI : 10.4000/eces.1968

SILVA, Sergio Gomes da. Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. Psicologia: Ciência e Profissão, [s.l.], v. 20, n. 3, p.8-15, 17 set. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-98932000000300003>.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Solange Aparecida de Souza Monteiro** - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

### D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

### E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

### F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

### G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

### H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

## I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

## J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

## L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

## M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

## N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

## O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

## P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114  
Performatizações de gênero 86, 87, 90  
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115  
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167  
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40  
Políticas públicas de gênero 28, 42  
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157  
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

## R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153  
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155  
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121  
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

## S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103  
Sistema prisional 31, 34, 40

## T

Trajetória educacional 86, 87  
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

## V

Vida de mulheres lésbicas 86  
Violação de direitos 31, 32, 40  
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166

